

A saída do atoleiro fiscal

Rogério L. Furquim Werneck*

Como previsto, o governo acabou caindo na esparrela que ele mesmo se preparou. Há muito já se sabia que a inconsequência do Arcabouço Fiscal acabaria por metê-lo numa enrascada da qual não conseguiria sair. A escalada de incerteza fiscal, na esteira da expansão desmesurada de gastos e do alarmante descontrole do endividamento público, deixou a economia travada por taxas de juros reais absurdamente altas e assombrada por uma taxa de câmbio em persistente depreciação.

A saída óbvia seria um esforço convincente de ajuste das contas públicas que pudesse reverter a desconfiança advinda da incerteza fiscal. Mas, como lhe falta a convicção requerida para incorrer nos custos políticos de levar tal esforço adiante, o governo não tem como mostrar o empenho que se faz necessário para tirar a economia da difícil situação em que foi metida. Não se sabe por quanto tempo mais permanecerá nesse atoleiro, exposto a enorme desgaste político.

Aferrada a percepções equivocadas de como a economia funciona e tolhida tanto por restrições ideológicas arraigadas como por incurável imediatismo eleitoreiro, a cúpula do governo tem-se mostrado completamente incapaz de conceber uma saída viável da crise de confiança que se abateu sobre a economia.

Não será nada fácil para o País atravessar os próximos dois anos, talvez mais, empantanado nesse impasse. É preciso deixar de lado o autoengano e reconhecer os fatos como eles são. Já não há mais como ter ilusões. O governo que aí está não conseguirá sequer iniciar a restauração de um regime fiscal sustentável.

É hora de, mais uma vez, recorrer ao Congresso. Nos últimos anos, o País vem colhendo bons frutos da experiência exitosa de ter deixado ao Poder Legislativo o equacionamento de uma questão de grande importância que, ao longo de muitos mandatos presidenciais, o Poder Executivo se mostrou incapaz de tratar: a reforma da tributação do consumo. Quando, afinal, surgiu a oportunidade política, já havia no Congresso, não um, mas dois projetos detalhados de reforma tributária disponíveis.

Já há na Câmara uma proposta de emenda constitucional (PEC) de restauração da sustentabilidade fiscal apresentada pelos deputados Pedro Paulo Teixeira (PSD-RJ), Kim Kataguirí (União-SP) e Julio Lopes (PP-RJ), assessorados pelo conceituado consultor parlamentar Paulo Bijos, ex-secretário de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Trata-se de proposta condizente com as reais proporções do problema fiscal que enfrenta o País, incomparavelmente mais ousada e abrangente do que o acanhado pacote recém

anunciado pelo governo. Não é por outra razão que vem merecendo elogios de especialistas de grande renome na área fiscal. Cabe aos segmentos mais responsáveis da sociedade civil dar a tal iniciativa o respaldo que merece, ampliando o âmbito da discussão das medidas propostas, para que o projeto possa angariar o apoio requerido e ganhar tração no Congresso.

É importante que o avanço da discussão dessa PEC a deixe disponível para ser tramitada com rapidez, no todo ou em parte, quando a oportunidade política se abrir. Com certeza, no próximo mandato presidencial. Mas, quem sabe, ainda no atual governo. De imediato, se factível, ou caso o agravamento da crise venha a dar ao Planalto o senso de urgência requerido para que, afinal, abandone o desajuizado negacionismo eleitoreiro a que está entregue.

Se, ao longo dos próximos dois anos, a insistência do Planalto na irresponsabilidade fiscal redundar em rápida deterioração adicional do quadro econômico, e o governo tiver de ser resgatado às pressas dos desdobramentos desastrosos de sua insensatez, é bom que se tenha à mão um plano contingente bem articulado, que possa ser prontamente acionado para conter os piores danos que tamanha crise poderá vir a causar.

O País não pode deixar sua sorte atrelada à inconsequência do Planalto.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.